

# Esperteza demais engole o esperto

Ricardo Noblat

O excesso de esperteza está na origem da embrulhada em que se meteu o governo do presidente José Sarney no caso dos vetos ao orçamento da União para 1989 aprovado pelo Congresso. O presidente vetou 157 itens do orçamento — de despesas com o financiamento à agricultura aos recursos destinados à construção da rodovia Curado—Bicopeba, em Pernambuco. Vetou, também, o que seria gasto com educação básica no Nordeste.



No dia 31 de agosto do ano passado, o governo despachou para o Congresso sua proposta de orçamento. Ela previa que os estados só poderiam rolar até 10% do montante de suas dívidas contraidas no exterior. Os governadores reagiram, o PMDB se pôs em pé de guerra, e o presidente Sarney começou a recuar. Recuou, enfim. Despachou uma segunda proposta de orçamento, alterando o tratamento conferido às dívidas dos estados.

A 28 de novembro, despacharia uma terceira proposta, quase às vésperas do início do recesso de fim de ano do Congresso. Cada proposta implicou, naturalmente, a retificação de despesas previstas em centenas de rubricas. Para ganhar tempo, confundir senadores e deputados e conseguir, no fim, aprovar às pressas o que mais lhe interessasse, o governo remeteu as propostas de orçamento de maneira incompleta.

Quando remetia uma, passava mais de uma semana, às vezes duas semanas, para enviar o detalhamento das despesas previstas por ela. Com a troca de propostas, conseguiu, também, a eliminação de milhares de emendas oferecidas por senadores e deputados à primeira delas. Foi com a primeira versão do orçamento que trabalhou, todo o tempo, o senador Almir Gabriel, do PMDB paraense, relator da comissão encarregada de examiná-la.

Só quando o senador já elaborara seu parecer final, ali pelo início de dezembro, foi que o governo fez chegar ao conhecimento dele o detalhamento das despesas da terceira proposta de orçamento. "Querem desmoralizar o Congresso com essa manobra, mas não voltarei atrás", denunciou o senador na época. Ao

perceber a intenção do governo, o deputado Ulysses Guimaraes e o senador Humberto Lucena entraram em ação.

Seria a primeira vez que o Congresso iria poder emendar o orçamento da União. Se não o votasse antes do recesso, a desmoralização seria maior. O Congresso votou às carreiras e cometeu diversas bobagens que o presidente Sarney foi obrigado a vetar. Só que, ao contrário do que pensava, Sarney continuou amarrado ao Congresso que terá que examinar os vetos.

**Palavra oficial** — Nesta terça-feira, o ministro Henrique Sabóia, da Marinha, deverá ocupar uma cadeia nacional de rádio e televisão para anunciar as conclusões dos dois inquéritos, promovidos sob a supervisão dele, que apuraram as causas e as responsabilidades no caso do naufrágio do *Bateau Mouche*, a 31 de dezembro último, no Rio de Janeiro. Os inquéritos policial e administrativo já foram encerrados.

As culpas serão apontadas e rolarão cabeças dentro da Marinha. Quanto ao possível suborno do oficial que liberou o barco na noite do desastre, o inquérito policial concluiu que ele não ficou provado.

**Palavra do PT** — Na semana passada, os donos do loteamento Jardim Colonial, em São Paulo, souberam que estavam em curso os preparativos para a invasão do terreno onde têm mais de 700 casas construídas e 500 lotes disponíveis. O loteamento está com todos os seus papéis em ordem. Um dos seus donos, aflito, telefonou para o gabinete da prefeita, Erundina e, depois, para o administrador regional da área do loteamento.

"Nós defendemos o respeito à propriedade privada", ouviu de um assessor do administrador. O PT despachou um fiscal para ver o que acontecia, e a invasão não ocorreu. Os donos do loteamento estão encantados com o PT.

**Palavra de amargura** — O ministro Oscar Corrêa, da Justiça, anda um tanto deprimido. Confessou a amigos íntimos que já se arrependeu de ter trocado o Supremo Tribunal Federal pelo ministério. Assumiu o cargo com um discurso moralizador. Prometeu meter os corruptos na cadeia. Orientou a polícia para que convocasse empresários que teriam desrespeitado o congelamento de preços.

Assiste, impotente, ao que se passa no Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia.